

Expectativa de dedicação à causa pública

Naphtali Alves

Quis o Colegiado deste Tribunal que eu saudasse os novos auditores e procuradores de contas. A escolha, por certo, decorreu muito mais da fidalguia e distinção de meus nobres pares do que qualquer mérito pessoal meu como orador. Buscarei então me desincumbir da honrosa missão, da melhor maneira possível. E começo por interpretar o sentimento de alegria que domina todos nós, conselheiros, auditores e servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, ao receber os senhores e senhoras em nossa instituição.

De braços abertos, com afeição, admiração e respeito.

Sei que o mesmo sentimento move o até então único representante do Ministério Público Especial junto a esta Corte, doutor Fernando dos Santos \ Carneiro, senão por outras razões, pelo menos por uma em especial: aquela que vai representar, para ele, uma espécie de alforria. Afinal ele poderá, depois ---de tantos anos, sem pesar e sobressaltos, desfrutar do sagrado direito às suas férias.

E voltando à figura dos braços a que me referi há pouco, o Tribunal os enlaça com a afeição de quem recebe amigos diletos, novos parceiros das jornadas que nos esperam. Quando falei em admiração referia-me aos indiscutíveis méritos pessoais de cada um que se sagrou vencedor de um concurso com o grau de seriedade, de dificuldade e de complexidade como este, realizado pelo TCE de Goiás, para suprir vagas em sua Auditoria e na Procuradoria-Geral de Contas.

Passar pelo estreito funil de um certame como esse, ao qual acorreram candidatos de quase todo o País, significa e comprova que os aprovados realmente são detentores dos melhores conhecimentos técnicos e jurídicos exigidos para o exercício específico de cada cargo. Só as rigorosas exigências preliminares, na fase de inscrições, já eliminaram um grande número de pretendentes.

Quando proferi a palavra respeito fazia alusão justamente ao preparo, à inteligência e as qualidades intelectuais de cada um dos senhores e senhoras. É um capital que tem de ser sopesado e devidamente reconhecido. Sabemos que os aprovados já experimentaram outras vitórias em concursos

públicos por esse imenso Brasil e que ocuparam, até então, funções de relevo em diferentes instituições da Administração Pública. São credenciais de indiscutível mérito.

Falo agora da grande expectativa criada em torno dos novos integrantes do Tribunal de Contas. Não me atreveria, de forma alguma, a sequer sugerir às suas Excelências qualquer norma de conduta nesta Casa. Refiro-me, isso sim, à esperança de que venham, com o brilho de suas inteligências, com a disposição da juventude, com o comprometimento e dedicação à causa pública, somar forças com todos os que, nesse mais de meio século de existência, buscaram e buscam fazer deste Tribunal um órgão comprometido com os anseios da sociedade.

Os que ainda não conhecem o Tribunal de Contas do Estado de Goiás verão, se não deixar que contaminem seus ouvidos e corações com a maledicência e o denunciismo incoseqüente, que aqui se trabalha com seriedade e afinco para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária. Que se busca com esmero o cumprimento da missão institucional reservada ao controle externo. Que o rigor na aplicação da lei não pode resvalar para a truculência; que desempenhar a função de fiscal dos dinheiros e bens públicos significa não dar espaço à leniência e tampouco ao julgamento precipitado e sem critério.

Que os novos auditores e procuradores representem sangue novo, a reoxigenar uma instituição que, movida pelos mesmos ares de renovação animadores dos demais tribunais de contas do País, empenha-se por novos modelos de relacionamento interinstitucional e com a sociedade.

Com os órgãos da Administração Pública, aos quais incumbe controlar, o acompanhamento mais concomitante, que possibilite uma ação também pedagógica e preventiva, mediante o combate à corrupção e o fechamento dos ralos por onde possam ser desviados, desperdiçados ou mal aproveitados os recursos públicos. No plano interno, buscando melhor instrumentar-se jurídica e tecnologicamente, para tornar mais eficientes os seus serviços; efetivas, rápidas e úteis as suas decisões, objetivando, em última análise, colaborar com a boa governança.

Com as demais instituições de controle da Administração, uma atuação cada vez mais integrada e abrangente, de forma que todas possam ter

acesso aos resultados das auditorias realizadas - uma espécie de banco nacional de dados - e o empenho para aprovação da lei que unificará nacionalmente os procedimentos dos Tribunais de Contas, como ficou acertado no encontro anual realizado semana passada, em Fortaleza.

Com a sociedade, ampliando os canais de comunicação, estimulando sua organização em entidades e o exercício da cidadania, com vistas à desejável participação e o controle social.

E, para alcançar esses objetivos, contaremos, a partir de agora, com a valiosa participação e colaboração, na Auditoria, dos doutores Celmar Rech, Guilherme Torquato de Figueiredo Valente e Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho, e, na Procuradoria-Geral de Contas, os doutores Silvestre Gomes dos Anjos, Sandro Alexander Ferreira, Máisa de Castro Souza.

Sigamos em frente, onde o trabalho, com impaciência, nos espera e nos cobra ação!

** Discurso proferido pelo Conselheiro Naphtali Alves
na sessão de posse dos novos Auditores e
Procuradores de Contas do TCE-GO, em 12 de
novembro de 2008)*